

Regras de boa governação da U.V.P./F.P.C.

O objecto das Regras de boa governação¹ da U.V.P./F.P.C. é diferente do objecto do seu Código de Ética.

Apesar do Código definir os *princípios que orientam os actos dos seus membros (preceitos normativos destinados aos indivíduos)*, as Regras de boa governação conferem-lhe os meios, em termos de estrutura e procedimento, permitindo-lhe assim garantir a sua *implementação* concreta. O cumprimento destas normas é fundamental. De facto, estas permitem à U.V.P./F.P.C. assumir, com sucesso, os desafios que lhe são permanentemente colocados: continuar a desenvolver e a promover o ciclismo, o coração e o motor das suas actividades, tirando simultaneamente partido de oportunidades comerciais; manter a sua independência na gestão de questões relacionadas com o ciclismo, garantindo assim a eficácia da sua actuação. O objectivo da U.V.P./F.P.C. é, por isso, o de demonstrar que, através das presentes Regras de boa governação, adquiriu os meios necessários para levar a cabo uma conduta justa, que cumpra os critérios mais rígidos em termos de transparência, democracia e responsabilidade financeira.

1. Identidade

A 14 de Dezembro de 1899, na sede do Jornal “Tiro Civil”, na Rua do Crucifixo, 19-1º, foi fundada a União Velocipédica Portuguesa. A sua fundação prende-se com a vontade de inúmeras personalidades, no sentido de ser criada uma estrutura que regulasse o ciclismo nacional, tendo em conta os conflitos que surgiam na vizinha Espanha, nomeadamente com o ciclista, José Bento Pessoa, figura proeminente do ciclismo português. O seu prestígio, e as suas vitórias fizeram dele um ídolo dos espanhóis. No entanto, aquando da sua desclassificação e consequente multa na “Corrida Pensinsular”, após a sua vitória aos campeões espanhóis Julian Losano e Emílio Marti, é motivo de escândalo e considerado como uma injustiça da União Velocipédica Espanhola, segundo os jornais espanhóis. Os seus feitos, a par com o interesse que despertava nos portugueses pelos passeios e raides cicloturistas levam à criação da U.V.P..

Assim numa reunião à qual presidiu Anselmo de Sousa, e secretariou Luís de Magalhães Fonseca e Domingos Freire Marques, foi criada a comissão instaladora.

Primeiras Filiações:

A 1 de Julho de 1901, por despacho da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a União Velocipédica Portuguesa é legalmente instituída, iniciando a sua actividade com sete clubes:

- Real Ginásio Club
- Clube Velocipédico de Portugal
- Velo Club de Portugal
- Sport Club de Lisboa
- Grupo Velódromo D. Carlos
- Velo Club do Porto
- **Ginásio Figueirense**



Conde de Caria

¹ Segundo a Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional “boa governação” significa o exercício do poder, através dos diferentes níveis de governo, de uma forma eficaz, honesta, equitativa, transparente e responsável”.

Mais tarde associaram-se os seguintes:

- Sport Club Vienense
- Grupo Velocipédico Leiriense
- Ginásio Setubalense
- Ciclo Clube Caldense
- **Racing Club Caldense**

Das primeiras competições organizadas pela U.V.P. destacam-se as seguintes:

- Caldas-Lisboa (1901), tendo como vencedor José Maria Dionísio,
- 50 clássicos (prova de 50 km), vencendo José Albuquerque,
- Campeonato Nacional Rampa (1906) vencendo Laranjeira Guerra.

Em 1910, por ocasião da instauração da República, cerca de 2000 praticantes estiveram reunidos no Terreiro do Paço, assinalando desta maneira o velocipedismo; aproveitaram para reivindicar mais apoios para a modalidade, sobretudo a diminuição das taxas alfandegárias, aplicadas à importação de bicicletas. Apesar de bem sucedidos nos seus pedidos, custou à U.V.P. a demissão de 18 dirigentes, nomeadamente o Conde de Caria.

Em 1911, a exemplo de outras cidades europeias, a U.V.P. consegue programar a Clássica Porto-Lisboa, para o dia 5 de Novembro, na qual participaram 15 ciclistas com bicicletas que pesavam cerca de 18 kg, numa prova de 360 km. O ciclista Charles George (17h 48m 34s) foi o primeiro a terminar a prova. Uma prova bastante polémica visto ter havido um engano no percurso por um dos grupos, onde estava integrado o vencedor da prova. A prova mais tarde foi anulada, e como primeiro vencedor oficial da clássica Porto-Lisboa, realizada em 1912, considera-se o ciclista Laranjeira Guerra.

Por despacho do Ministério da Instrução Pública, é concedida à União Velocipédica Portuguesa, o estatuto de instituição de utilidade pública, publicado em “*Diário do Governo*”, de 23 de Dezembro de 1927.

A 13 de Março de 1944, por determinação governamental, e na sequência da reorganização da Estrutura Desportiva Nacional, a U.V.P. passou a **Federação Portuguesa de Ciclismo**, tendo sido criadas duas associações regionais:

- Norte (Porto)
- Sul (Lisboa)
- Centro (virtual)

Vários dirigentes passaram pela Federação, entre os quais:

entre 1950/1966 – Vicente Paulo Martins

entre 1966/1974 – Idalino Freitas

1975 – Fiel Farinha

entre 1975/1976 – Idalino Freitas

entre 1976/1983 – Mário Ferreira

entre 1983/1984/5 – Francisco Nunes

entre 1985/1992 – Henrique Castro

desde 1992 – Artur Lopes

Por despacho do Senhor Primeiro Ministro, Dr. Aníbal António Cavaco Silva, é concedida à Federação Portuguesa de Ciclismo o **estatuto de Utilidade Pública Desportiva**, a 23 de Setembro de 1994.

Sob a Direcção do Presidente, Dr. Artur Lopes, em 1999, são realizados em Portugal eventos internacionais, que intensificam o interesse pela modalidade;

- Campeonato da Europa de BTT (Porto de Mós)
- Campeonato da Europa de Ciclismo (Lisboa)
- Campeonato do Mundo de Sala e Artístico (Funchal)

Mais tarde em **2001**, a U.V.P./F.P.C. realiza em Portugal o **Campeonato do Mundo de Ciclismo de Estrada**, em Lisboa, reconhecido como um evento de grande notoriedade, registando-se por isso na história do ciclismo nacional.

Filiações:

A U.V.P./F.P.C. encontra-se filiada nas seguintes instituições:

- Comité Olímpico de Portugal - COP
- Confederação do Desporto de Portugal - CDP
- União Ciclista Internacional – UCI, a 14 de Fevereiro de 1903
- União Europeia de Ciclismo – UEC, a 7 de Abril de 1990 (Sócio Fundador)

Distinções:

- Cruz Vermelha de Dedicação, pelo Ministério do Interior em 5 de Março de 1927;
- Medalha de Mérito Desportivo, pelo Ministério da Educação, em 1990;
- Colar de Honra de Mérito Desportivo, a 13 de Dezembro de 1999;
- Medalha de Honra, pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a 15 de Maio de 2003.

Todas as Associações que foram aderindo à U.V.P./F.P.C. ao longo dos anos, fizeram-no de forma livre e por sua própria iniciativa. Através desse acto, mostraram reconhecer a sua legitimidade para as representar, às associações e ao ciclismo como um todo.

A U.V.P./F.P.C., por convenção, utiliza o masculino na sua forma neutra, ou seja, inclui tanto homens como mulheres. A utilização do masculino para designar apenas homens é indicada como tal.

A U.V.P./F.P.C. pretende representar todos os praticantes de ciclismo e, para esse efeito dedica uma atenção constante às suas especificidades, em termos de idade (juniores, veteranos), sexo (ciclismo feminino), bem como no que respeita aos aspectos culturais e sociais.

2. Objectivos

A U.V.P./F.P.C. tem por finalidade o cumprimento dos objectivos claramente definidos nos seus Estatutos, guiando-se por princípios⁹ fundamentais igualmente especificados.

A U.V.P./F.P.C., em estreita colaboração com as Associações de Ciclismo, garante a gestão, desenvolvimento, regulamentação e controlo do ciclismo, sob todas as suas formas, a nível internacional; garante ainda a sua promoção em todas as zonas do país e a todos os níveis; estimula as relações de amizade entre todos os membros do mundo do ciclismo; promove a ética desportiva e o “fair play”; representa o ciclismo e defende os seus interesses perante todos os organismos nacionais e internacionais. A U.V.P./F.P.C. organiza ainda Campeonatos Nacionais e Volta a Portugal e trabalha em cooperação com o Comité Olímpico de Portugal (COP) para apoio na organização de manifestações de ciclismo nos Jogos Olímpicos.

Desta forma, a U.V.P./F.P.C. cumpre a missão a que se propôs: promover e desenvolver todas as áreas do ciclismo: ciclismo de competição, ciclismo de lazer e ciclismo como meio de

transporte.

A U.V.P./F.P.C. atinge estes objectivos respeitando os princípios que considera serem fundamentais. Garante o respeito pela igualdade de todas as partes que se encontram sob o seu domínio, sem qualquer tipo de discriminação racial, política, religiosa ou outra; em especial, a U.V.P./F.P.C. favorece o desenvolvimento do ciclismo feminino e, em colaboração com a Federação de Desporto para Deficientes, colabora quando solicitada no ciclismo para corredores com deficiências. Possui uma política de não interferência nos assuntos internos das Associações filiadas. Respeita a Carta Olímpica. Por fim, os seus recursos financeiros são utilizados apenas para o cumprimento dos objectivos definidos nos Estatutos, os quais prevêem a proibição da utilização dos seus recursos para quaisquer outros fins, sejam eles quais forem.

3. Representação

A U.V.P./F.P.C. representa a família do ciclismo português no seu todo. Os seus órgãos são eleitos através do respeito rigoroso pelo princípio da democracia, o que permite uma representação equitativa de todos os que compõem o mundo do ciclismo. Mecanismos de delegação claros e transparentes garantem a representação de todos os interesses.

Os membros da U.V.P./F.P.C. são formalmente conhecidos como *Associações*, as quais representam o conjunto do ciclismo em Portugal.

A Assembleia Geral da U.V.P./F.P.C. é a instância suprema da U.V.P./F.P.C.. É constituída por delegações das Associações e Clubes, que votam através dos seus delegados com direito a voto.

A Direcção dirige a U.V.P./F.P.C.. No entanto, ela está colocada sob a autoridade do Assembleia Geral. Todos os membros da Direcção possuem uma legitimidade democrática:

O *Presidente* é eleito directamente pela Assembleia Geral, assim como todos os Órgãos Sociais da U.V.P./F.P.C..

4. Processo de tomada de decisão

A representação de todas as partes que compõem o mundo do ciclismo é assegurada pelo processo de tomada de decisão definido no seio dos órgãos da U.V.P./F.P.C.. Directamente ou por delegação, deverá permitir-se a exposição de todos os pontos de vista e a defesa de todos os interesses. Após debate, as decisões são tomadas através de uma votação democrática segundo o princípio da maioria.

As Associações possuem, nos seus respectivos locais, autonomia legislativa no quadro definido pelos Estatutos e Regulamentos da U.V.P./F.P.C..

Antes de serem aceites como membros, a U.V.P./F.P.C. verifica o cumprimento dos seus Estatutos de acordo com os princípios democráticos e os Estatutos da U.V.P./F.P.C..

Responsáveis pelo desenvolvimento do ciclismo nas respectivas zonas, as *Associações Regionais* podem apresentar propostas à Direcção sobre a elaboração do seu calendário regional, a organização e planeamento de cursos de formação para comissários e técnicos, sob a orientação da U.V.P./F.P.C..

A Assembleia Geral possui uma competência mais vasta e exclusiva em áreas que abrangem

sobretudo alterações de estatutos, admissão e exclusão de membros da U.V.P./F.P.C., eleição e destituição do Presidente da U.V.P./F.P.C. e de outros membros dos Corpos Sociais e ainda o direito de aprovar ou rejeitar contas e orçamentos. A Direcção responde perante a Assembleia Geral.

A Assembleia Geral é o local por excelência para expressar os pontos de vista das Associações, bem como para defender os seus interesses colectivos. Estas têm o direito de colocar à discussão os temas da sua preferência. Para além do facto dos seus representantes terem direito de voto, estes últimos poderão expressar livremente as suas opiniões sobre os temas sujeitos a votação.

A *Direcção* da U.V.P./F.P.C., que é o seu órgão executivo, possui competência alargada em termos de gestão e de regulamentação do ciclismo, mas encontra-se ainda assim sob à autoridade da Assembleia Geral. Além disso, garante que todas as actividades da U.V.P./F.P.C. respeitam os princípios e objectivos definidos na sua missão oficial declarada.

As questões diárias e/ou urgentes da U.V.P./F.P.C. são delegadas num *Comité Executivo*, constituído por um Presidente, Presidente-Adjunto e três Directores

O *Presidente* representa a U.V.P./F.P.C. e o ciclismo perante as instâncias desportivas e públicas. Legalmente, a U.V.P./F.P.C. não pode ser obrigada exclusivamente pela assinatura do seu Presidente. São necessárias duas assinaturas.

As *Comissões* da U.V.P./F.P.C. desempenham um papel muito importante. Reúnem especialistas nas áreas da sua competência. Desempenham um papel consultivo. A sua composição respeita um certo equilíbrio de interesses de base. Representam todas as partes envolvidas no ciclismo, em particular os atletas, as mulheres e os juniores. As suas propostas são apresentadas à Direcção.

5. Transparência

De forma a respeitar a sua política de transparência, a U.V.P./F.P.C. compromete-se a tornar pública a informação relativa à sua organização e aos seus dirigentes.

Encontram-se disponíveis informações mais detalhadas relativas à estrutura da U.V.P./F.P.C. (processo de eleição, processos de tomada de decisão e, de forma detalhada, os seus estatutos e regulamentos) por pedido ou no seu site de Internet.

Estão disponíveis informações sobre as pessoas que ocupam funções dirigentes no seio das estruturas da U.V.P./F.P.C. e encontram-se disponíveis as respectivas biografias. É também claramente indicado o seu envolvimento em quaisquer outras entidades (organizações desportivas e sociedades comerciais), a data em que foram eleitos (ou reeleitos) e ainda o termo do seu mandato.

O site da U.V.P./F.P.C. contém ainda informação detalhada sobre a base organizacional e financeira das suas actividades.

6. Comunicação

A U.V.P./F.P.C. compromete-se a tornar públicas as suas decisões e actividades²⁵. Permite ainda a possibilidade de contacto por parte de qualquer pessoa ou organização.

As actividades da Assembleia Geral da U.V.P./F.P.C., da Direcção, dos Conselhos ou das Comissões, quer se trate de decisões, eleições ou de qualquer outra questão (executiva, legislativa, jurídica ou comercial) são registadas em actas. Estas encontram-se disponíveis quando solicitadas (com justificação). O mesmo se aplica às suas actividades financeiras (orçamento).

O site da U.V.P./F.P.C. fornece a melhor informação possível sobre as suas actividades e assegura a sua permanente disponibilidade. Várias publicações fornecem informação sobre aspectos específicos da sua política, o que reforça a sua eficácia.

Dado que a comunicação não é um canal de sentido único, a U.V.P./F.P.C. proporciona múltiplos canais de comunicação aos seus membros e, em, particular, às pessoas envolvidas no seu enquadramento social, político, económico e jurídico.

A administração da U.V.P./F.P.C. possui um departamento de comunicação, destinado a apoiar o mundo do ciclismo, bem como os media e o público em geral.

7. Gestão Desportiva

A U.V.P./F.P.C. é o único organismo de nível nacional, responsável pela gestão do ciclismo.

De forma a considerar todas as necessidades e aspirações de todo o movimento do ciclismo, a U.V.P./F.P.C.:

- disponibiliza os seus serviços e competências às Associações e a outros organismos do movimento ciclista;
- apoia as actividades de formação e desenvolvimento;
- satisfaz as necessidades dos ciclistas, equipas, organizadores e seus patrocinadores mediante iniciativas concretas e inovadoras;
- representa o ciclismo junto de entidades públicas e desportivas;
- regulamenta o ciclismo;
- organiza Campeonatos Nacionais e Volta a Portugal (ou cede a sua organização mediante contratos da responsabilidade da Direcção);
- garante a qualidade das corridas pelo envio de comissários;
- assegura a igualdade de oportunidades através de normas anti-dopagem e disciplinares;
- protege a saúde dos corredores através do seu programa de vigilância médica.

8. Regulamentação

A U.V.P./F.P.C. respeita a separação entre o poder executivo, legislativo e judicial. Neutraliza, desta forma, os efeitos de uma situação em que poderia ser juiz em causa própria. A estrutura do seu sistema judicial respeita as normas aplicáveis neste domínio.

A U.V.P./F.P.C., na qualidade de federação desportiva nacional, possui os poderes judicial, executivo e legislativo.

A estrutura da U.V.P./F.P.C. garante, no entanto, uma clara separação entre os organismos responsáveis pela elaboração e alteração de regulamentos e toma as decisões relativas à gestão de recursos financeiros e à organização de manifestações desportivas por um lado, e por outro, os organismos responsáveis pela resolução de litígios entre os seus membros, atletas ou com quaisquer terceiros. Existem procedimentos que garantem o direito a recorrer, quer interna quer externamente, com vista à igualdade, acessibilidade e transparência.

As *Infracções disciplinares* cometidas em provas de ciclismo são julgadas no local pelo *Colégio de Comissários* presentes na manifestação em que ocorreu o incidente. O colégio possui total independência.

O *Conselho de Disciplina* tem o poder de julgar quaisquer outras infracções aos Regulamentos da U.V.P./F.P.C.. A sua actividade é totalmente independente dos outros órgãos da U.V.P./F.P.C.. Nenhum membro deste conselho pode, em caso algum, ter assento no mesmo caso possua qualquer interesse directo ou indirecto numa matéria sobre a qual o conselho tenha de decidir.

As decisões do Conselho de Disciplina poderão ser contestadas perante o *Conselho Jurisdicional*.

Os litígios relativos à aplicação e interpretação dos Estatutos e Regulamentos da U.V.P./F.P.C. são submetidos ao Conselho de Disciplina. Os litígios que resultam da interpretação e aplicação dos artigos relativos às Equipas Pro Tour, Continental Profisisonal ou Continental são da competência do Conselho de Disciplina da U.V.P./F.P.C ou da UCI conforme as situações.

As decisões relativas aos litígios mencionados poderão ser objecto de recurso perante o Conselho Jurisdicional.

Em questões de dopagem, as decisões são tomadas em primeira instância pelo órgão disciplinar da U.V.P./F.P.C.. Em última instância, é possível apresentar recurso perante o Conselho Jurisdicional e perante o TAS (Tribunal Arbitral do Desporto), um órgão judicial totalmente independente de todas as federações desportivas e de quaisquer outras entidades.

9. Actividades comerciais

Dado que por vezes existem conflitos entre interesses desportivos e interesses comerciais, a U.V.P./F.P.C. assegura uma clara distinção entre os diferentes organismos responsáveis pela gestão, desenvolvimento e promoção da modalidade do ciclismo e as suas actividades comerciais.

A U.V.P./F.P.C. garante transparência nas suas actividades comerciais, limitando-as em exclusivo ao seu departamento de provas. Uma divisão comercial distinta no seio deste departamento permite evitar quaisquer conflitos de interesses. As actividades relacionadas com o patrocínio, comercialização e venda de direitos televisivos são independentes da selecção das cidades anfitriãs para grandes provas, sendo as primeiras tratadas por outras divisões existentes no departamento.

Qualquer organização de uma prova (Campeonatos Nacionais e Volta a Portugal) envolve um processo de candidatura. O melhor candidato é avaliado em função de critérios objectivos associados à qualidade desportiva e organizacional da sua candidatura e à sua viabilidade financeira.

10. Finanças

As contas da U.V.P./F.P.C. são transparentes e são divulgadas publicamente

O Direcção possui um director financeiro. Este é apoiado pela administração da U.V.P./F.P.C., mas permanece independente desta última. Pode ser considerado como um consultor financeiro.

11. Solidariedade

De acordo com os seus estatutos e missão, a U.V.P./F.P.C. compromete-se em desenvolver o ciclismo por todo o país, sem qualquer tipo de discriminação. Os objectivos desta política são claros e os seus resultados comprovados.

A U.V.P./F.P.C. considera que a integração do ciclismo em corredores com deficiência é um passo em frente na luta contra a discriminação.

A Direcção colabora sempre que possível e quando solicitada com a Federação de Desporto para Deficientes.

A Comissão U.V.P./F.P.C. de Ciclismo para Todos trabalha no desenvolvimento de um calendário nacional que reúna todas as provas nacionais para todos os corredores, independentemente do seu nível.

Aprovado em Assembleia-geral de 19 de Março de 2005